

10.º requerimento de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, do certificado de habilitações literárias.

11.ª selecção dos candidatos será feita mediante prestação de prova escrita de conhecimentos gerais e específicos e entrevista profissional de selecção, ambas classificadas na escala de 0 a 20 valores, sendo que a nota final dos candidatos, também na mesma escala, resultará da aplicação da média aritmética às classificações obtidas nas referidas provas.

12.ª prova escrita de conhecimentos terá carácter eliminatório e será classificada tendo em consideração o maior ou menor grau de correcção e adequação das respostas dadas às questões que forem colocadas e versará a seguinte matéria:

Legislação:

Atribuição das Autarquias Locais e Competências dos Respetivos Órgãos:

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e respectivas alterações.

Regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março e respectivas alterações.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Código do Procedimento Administrativo:

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo:

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

Bibliografia:

GESELL, Arnold, O Jovem dos 10 aos 14 anos, Publicações D. Quixote, Lisboa.

13.ªs critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção constam em acta da reunião do júri, de 19 de Outubro de 2007, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14.ª frequência do estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e a duração de um ano.

15.ª avaliação final do estágio será feita com base:

a) No relatório de estágio, a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias após o seu termo;

b) Na classificação de serviço obtida durante aquele período;

c) Na avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

16.ª classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações referidas no número anterior.

17. O candidato admitido a estágio será provido a título definitivo em lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de psicologia, desde que obtenha classificação final de estágio não inferior a BOM (14 valores).

18. A lista dos candidatos e da classificação final, serão afixadas no edifício dos Paços do Município.

19. O júri do concurso fará também a avaliação final do estágio e terá a seguinte composição:

Presidente — Chefe da Divisão de Assuntos Sociais, Dr.ª Anabela Martins Cabrita;

Vogais Efectivos — Técnica Superior de 1.ª Classe — Psicologia, Dr.ª Ana Maria Neto Brito Gonçalves, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

- Técnico Superior de 2.ª Classe — Psicologia, Dr. Alexandre José Gonçalves Correia;

Vogais suplentes — Chefe da Divisão de Educação, Dr.ª Maria Manuela Cristóvão Martins de Lima;

- Técnica Superior de 1.ª Classe — Serviço Social, Dr.ª Anabela Cristina Costa Mendes Santos.

20. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 de Novembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, José Carlos Martins Rolo.

2611066481

Aviso n.º 23344/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de 10 lugares da categoria de assistente administrativo principal

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho de 28 de Outubro de 2007, foi anulado o concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 118, de 21 de Junho de 2007.

16 de Novembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, José Carlos Martins Rolo.

2611066508

Aviso n.º 23345/2007

Concurso externo para admissão de um estagiário para ingresso na carreira técnica superior de relações internacionais

1. Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, de 22 de Julho de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo para admissão a estágio tendo em vista o provimento de um lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de relações internacionais do quadro do pessoal do Município de Albufeira, cabendo ao estagiário o vencimento mensal ilíquido de € 1048,87, correspondente ao índice 321 do sistema retributivo da Função Pública, conforme anexo II, ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro e Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro.

2. Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público, em 18 de Julho de 2007, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da referida Lei, tendo a Direcção-Geral da Administração Pública e do Emprego Público, através do ofício n.º 6059, de 19 de Julho de 2007, emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3. Será admitido a estágio um único candidato, esgotando-se o concurso com a sua admissão.

4. O conteúdo funcional do lugar a prover será o constante do Despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, n.º 20159/2001, publicado no *Diário da República*, II.ª Série, n.º 223, de 25 de Setembro de 2001.

5. O local de trabalho será a área do Município de Albufeira.

6. A admissão a concurso será condicionada à posse dos requisitos gerais definidos no n.º 2, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, exigindo-se no que se refere a habilitações literárias a posse de licenciatura em relações internacionais.

7. As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, devidamente assinado, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar poderá ser entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos desta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, para Rua do Município 8200-863 Albufeira, registado, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado e onde deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data do nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte situação militar e residência);

b) Habilitações literárias;

c) Especificação de quaisquer elementos que constituam motivo de preferência legal;

d) Identificação do lugar a que concorre e *Diário da República* em que se encontre publicado o presente aviso.

8. O requerimento de candidatura, de modelo facultativo, poderá ser obtido na Divisão de Recursos Humanos/Secção de Administração do Pessoal, ou através do site www.cm-albufeira.pt.

9. O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, do certificado de habilitações literárias.

10. O referido requerimento deverá ainda ser acompanhado de todos os documentos comprovativos dos restantes requisitos a que se refere o número 6 do presente aviso, salvo se os candidatos declararem, nos mesmos, sob compromisso de honra a respectiva situação relativamente aos requisitos exigidos.

11. A selecção dos candidatos será feita mediante prestação de prova escrita de conhecimentos e entrevista profissional de selecção, classificadas na escala de 0 a 20 valores.

12. A classificação final será a média aritmética das classificações obtidas pelos candidatos na prova escrita de conhecimentos e na entrevista profissional de selecção.

13. A prova escrita de conhecimentos terá duração máxima de duas horas e será classificada tendo em consideração o maior ou menor grau de correcção e adequação das respostas dadas às questões que forem colocadas e versará a seguinte matéria:

Legislação:

Atribuição das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos:

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e respectivas alterações;

Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março e respectivas alterações;

Estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da administração central, regional e local:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Código do Procedimento Administrativo:

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Bibliografia:

Fernandes, António José. (1991). *Relações Internacionais. Factos, Teorias e Organizações*. Lisboa: Editorial Presença.

Magalhães, José Calvet de. (2001). *Manual diplomático — Direito Diplomático. Prática Diplomática*. Lisboa: Editorial Bizâncio (2007). Programa “Europa para os Cidadãos” 2007-2013 — Guia do Programa (Versão Final). Bélgica: Comissão Europeia — Edição online, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/citizenship/index_en.htm.

14. Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção constam em acta da reunião do júri, de 15 de Novembro de 2007, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

15. A frequência do estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e a duração de um ano.

16. A avaliação final do estágio será feita com base:

a) No relatório de estágio, a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias após o seu termo;

b) Na classificação de serviço obtida durante aquele período;

c) Na avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

17. A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações referidas no número anterior.

18. O candidato admitido a estágio será provido a título definitivo em lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de Relações Internacionais, desde que obtenha classificação final de estágio não inferior a *Bom* (14 valores).

19. A lista dos candidatos e da classificação final, serão afixadas no edifício dos Paços do Município.

20. O júri do concurso fará também a avaliação final do estágio e terá a seguinte composição:

Presidente — Directora do Departamento de Desenvolvimento Social, Dr.ª Dina Maria Cardoso Ramos Galante;

Vogais Efectivos — Chefe da Divisão de Relações Públicas, Turismo e Defesa do Consumidor, Dr.ª Paula Cristina Sousa Bastardinho, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

- Técnico Superior de 2.ª Classe — Relações Internacionais, Dr.ª Marlene de Sousa Guerreiro;

Vogais suplentes — Técnico Superior de 2.ª Classe — Comunicação Social, Dr.ª Luísa Augusta Monteiro Araújo de Sá;

- Técnico Superior de 2.ª Classe — Marketing, Dr.ª Carla Maria Gonçalves Ponte.

21. Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 de Novembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, José Carlos Martins Rolo.

2611066506

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 23346/2007

Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22/6, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27/8, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe (Área de Arquitectura e Design), para a Divisão de Urbanismo, Equipamento e Habitação, com o Sr. Eduardo Roberto Ferreira Mira.

Mais se torna público que o referido contrato foi celebrado ao abrigo das alíneas *h*) e *i*) do n.º 1 do artigo 9.º da lei acima referida, tendo o início de funções ocorrido em 8 de Novembro de 2007.

14 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes.

2611066175

Aviso n.º 23347/2007

Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22/6, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27/8, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, para a Divisão Sócio cultural, a exercer funções na Piscina Convertível do Torrão, com o Sr. Ricardo Miguel do Rosário Semião.

Mais se torna público que o referido contrato foi celebrado ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da lei acima referida, tendo o início de funções ocorrido em 12 de Novembro de 2007.

14 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes.

2611066211

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aviso n.º 23348/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, no uso da competência que me e conferida pelo n.º 3 do artigo 74.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n. 5-A/02, de 11 de Janeiro, exonerei do cargo de adjunto do meu gabinete de apoio pessoal o Prof. Francisco José Lopes, com efeitos a 30 de Julho de 2007.

16 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento.

2611066021

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aviso n.º 23349/2007

Para os devidos efeitos se faz público que por meu despacho de hoje, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e na sequência do Concurso Interno de Acesso Limitado para Provedimento de um lugar de assistente administrativo especialista, nomeei, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, assistente administrativo especialista, Joaquim Martinho Albuquerque dos Santos, escalão 1, índice 269, da tabela de remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública, devendo aceitar o cargo, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do Aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

12 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, António Baptista Ribeiro.

2611066009

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aviso n.º 23350/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Presidente da Câmara, de 22 de Outubro de 2007, foi nomeado, em conformidade com o n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na categoria de Técnico Superior de 1.ª classe de Administração Pública e Autárquica, o 1.º e único classificado no concurso a que alude a Ordem de Serviço datada de 23 de Março de 2007 e afixada na mesma data, Cláudia Patrícia Monteiro Afonso.